

Promessas de exumação

Rogério L. Furquim Werneck*

O noticiário econômico da semana deixa uma imagem de alto contraste. Enquanto os dados do IBGE mostram que a economia está em franca recuperação, ganham força as evidências de que muita volatilidade ainda poderá advir do complexo ajuste por que vêm passando os mercados financeiros. Este claro-escuro enseja reações também contrastantes. De um lado, há que se louvar o bom senso e a firmeza da condução de políticas passadas que possibilitaram o desempenho macroeconômico que agora se observa no País. De outro, há boas razões para apreensão com as limitações da economia para lidar com as incertezas e oportunidades que parece ter pela frente.

Não obstante as reiteradas profecias de que a persistência na política macroeconômica do segundo mandato de FHC condenaria a economia a sucessivos “vôos de galinha”, é bem provável que a expansão do produto interno bruto (PIB) neste ano empurre a taxa média de crescimento econômico do triênio 2004-2006 para a faixa de 3,5 e 4% ao ano. Sempre se pode argüir que, sob ventos tão favoráveis da economia mundial, o crescimento econômico do Brasil poderia ter sido bem mais rápido. Mas, tendo-se em conta a irracionalidade e a ineficiência que marcaram no período a gestão de boa parte das políticas que afetam decisões de investimento, o desempenho da política macroeconômica talvez tenha sido até melhor do que se poderia esperar.

O que parece preocupante, contudo, é a possibilidade de que o compromisso com a manutenção de uma política econômica coerente esteja sendo paulatinamente abandonado. Tanto a cúpula do PT quanto os próceres que ascenderam a posições importantes no Planalto, na esteira do descabeçamento do partido, jamais esconderam sua resistência à política que vinha sendo conduzida por Antonio Palocci. Isso não impede, claro, que o PT esteja agora refestelado eleitoralmente sobre os bons resultados da política macroeconômica que reputava completamente equivocada. Mas o que agora vem sendo colhido parece ser não mais do que os frutos da inércia de uma política macroeconômica passada que, na Fazenda, já vai sendo conduzida sem grandes convicções.

É até possível que, mais uma vez, a turbulência nos mercados financeiros ajude a concentrar as mentes e coibir devaneios mais irresponsáveis. O ponto fraco da política macroeconômica continua sendo o mesmo: um quadro fiscal precário, marcado por gastos primários em trajetória explosiva e endividamento excessivo, que tem exigido carga tributária cada vez mais alta para ser mantido sob relativo controle. Iniciativas que apontem para a redução dessa fragilidade poderiam não só ampliar as possibilidades de crescimento da economia brasileira como torná-la menos vulnerável

a turbulências externas. O problema, contudo, é que essas iniciativas se tornaram pouco críveis, desde que a idéia de um ajuste fiscal de longo prazo foi enterrada por Lula no final do ano passado, sob aplausos do PT e da atual cúpula do governo.

O libreto ficou um pouco mais complicado nos últimos dias, quando ninguém menos do que Tarso Genro entrou em cena entoando em falsete as árias da reforma previdenciária e da reforma administrativa. Seria um erro, contudo, imaginar que isso significa que, tendo ajudado a bater pregos no caixão da proposta de ajuste fiscal de longo prazo, o ministro esteja agora empenhado em exumá-la e ressuscitá-la. Tampouco faz sentido crer que um governo que acabou de nomear um ministro da Fazenda que acha que não há necessidade de uma reforma previdenciária esteja agora convencido da urgência de fazê-la avançar. A explicação é mais simples. O que preocupa Tarso Genro é uma radicalização da campanha que possa acabar comprometendo a reeleição de Lula. A menção às reformas é tão-somente para dar corpo ao discurso ralo de preocupação com a governabilidade com que vem tentando demover as oposições de dar vazão a seus piores instintos.

O empenho em conter a radicalização da campanha pode até ter seus méritos. Mas seria ingenuidade querer enxergar no discurso novo em folha de Tarso Genro sinais de que, num cenário de reeleição de Lula, o novo governo estaria pronto para mobilizar o País em torno de uma proposta suprapartidária de ajuste fiscal. Seria um acesso de otimismo acreditar que a guinada de política econômica que o PT tem em mente é para lado certo.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.